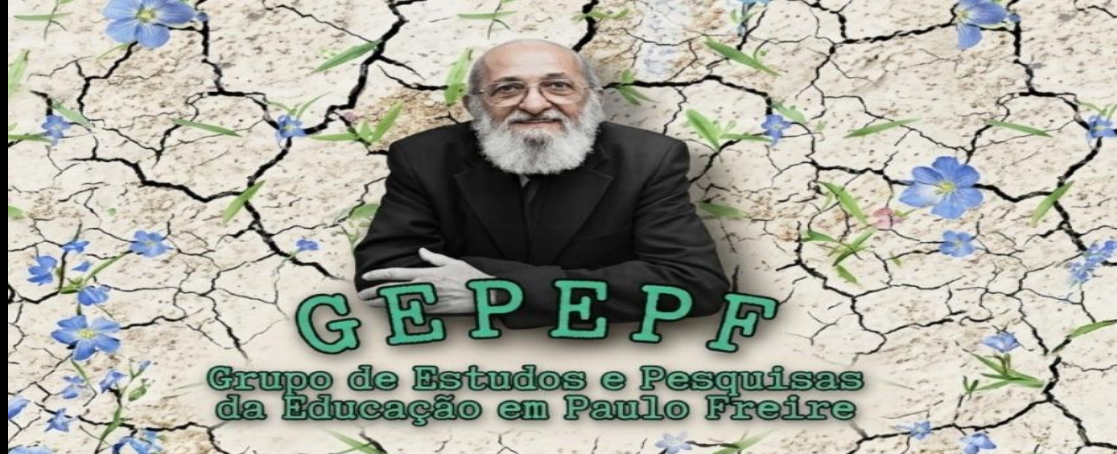




**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO REPARAÇÃO HISTÓRICA:
REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL**

**YOUTH AND ADULT EDUCATION AS HISTORICAL REPARATION: REFLECTIONS
ON THE RIGHT TO SCHOOLING IN BRAZIL**

Ricardo Santos de Almeida
Universidade Regional do Cariri
ricardosantosal@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>

José Paulo Almeida Cerqueira
Universidad Interamericana
jose.cerqueira1@nova.educacao.ba.gov.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1454-6189>

Rozineide Iraci Pereira da Silva
Christian Business School
rozineide.pereira1975@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6863-7874>

RESUMO: Este artigo buscou analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um mecanismo de reparação histórica no contexto educacional brasileiro, considerando seu papel na garantia do direito à escolarização de sujeitos que foram historicamente excluídos do sistema de ensino. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em produções científicas publicadas entre 2021 e 2026, selecionadas em bases como Google Acadêmico e SciELO. A análise dos estudos evidencia que a EJA ultrapassa a função de oferta tardia de escolarização, configurando-se como uma política pública fundamental para a promoção da justiça social, da inclusão e da cidadania. Os resultados apontam que, embora haja avanços normativos e reconhecimento do direito à educação ao longo da vida, persistem desafios estruturais relacionados à evasão, à descontinuidade das políticas educacionais e à precarização das condições de ensino. Conclui-se que a EJA se constitui como uma importante estratégia de enfrentamento das desigualdades educacionais, atuando como instrumento de reparação histórica, ainda que sua efetivação dependa do fortalecimento de políticas públicas mais consistentes e permanentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Reparação Histórica. Direito à Educação.

ABSTRACT: This article aimed to analyze Youth and Adult Education (YAE) as a mechanism of historical reparation within the Brazilian educational context, considering its role in ensuring the right to schooling for individuals who have been historically excluded from the education system. This is a qualitative study developed through a bibliographic review, based on scientific productions published between 2021 and 2026, selected from databases such as Google Scholar and SciELO. The analysis of the studies shows that YAE goes beyond the function of providing delayed schooling, establishing itself as a fundamental public policy for the promotion of social justice, inclusion, and citizenship. The results indicate that, despite normative advances and recognition of the right to lifelong education, structural challenges remain, including dropout rates, discontinuity of educational policies, and precarious teaching conditions. It is concluded that YAE constitutes an important strategy to address educational inequalities, acting as an instrument of historical reparation, although its effectiveness depends on the strengthening of more consistent and permanent public policies.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Historical Reparation. Right to Education.

Introdução

A educação constitui um direito fundamental assegurado constitucionalmente, sendo reconhecida como elemento central para o desenvolvimento humano, social e econômico. No entanto, historicamente, o acesso à escolarização no Brasil não ocorreu de forma equitativa, deixando à margem amplos segmentos da população, especialmente jovens e adultos que, por diferentes razões sociais, econômicas e culturais, foram excluídos do sistema educacional em idade regular. Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma modalidade que busca não apenas suprir a ausência de escolarização, mas também enfrentar desigualdades estruturais que marcam a trajetória educacional desses sujeitos (Arroyo, 2021; Gentili, 2022).

A exclusão educacional no país está profundamente relacionada a processos históricos de desigualdade social, que atingem de forma mais intensa populações em situação de vulnerabilidade, como trabalhadores de baixa renda, comunidades periféricas e grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a negação do acesso à educação básica não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de uma estrutura social desigual que reproduz limitações ao exercício pleno da cidadania (Saviani, 2021; Oliveira, 2022). Assim, pensar a EJA implica reconhecer as marcas dessa exclusão e compreender seu papel na reconstrução de trajetórias interrompidas.

A EJA ultrapassa a concepção de ensino compensatório, passando a ser entendida como uma política pública voltada à garantia do direito à educação ao

longo da vida. Tal perspectiva reforça a ideia de que o acesso tardio à escolarização não deve ser visto como concessão, mas como direito historicamente negado que precisa ser assegurado pelo Estado. Nesse contexto, a educação assume uma função social que vai além da transmissão de conteúdos, contribuindo para a formação crítica e emancipatória dos sujeitos (Cury, 2021; Paiva, 2022).

Além disso, a compreensão da EJA como instrumento de reparação histórica ganha relevância ao se considerar que a exclusão educacional não ocorreu de maneira aleatória, mas está vinculada a processos de desigualdade que atravessam gerações. Ao oportunizar o retorno à escola, essa modalidade contribui para a reconstrução de direitos e para a ampliação das possibilidades de inserção social e participação cidadã. No entanto, apesar de sua importância, ainda persistem desafios relacionados à efetivação dessa política, como a descontinuidade de programas, a evasão escolar e a insuficiência de investimentos públicos (Haddad; Di Pierro, 2022; Soares, 2023).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a Educação de Jovens e Adultos como um mecanismo de reparação histórica no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica que busca compreender suas contribuições, limites e desafios no enfrentamento das desigualdades educacionais. Para tanto, o estudo se organiza a partir da análise de produções científicas recentes, articulando discussões sobre direito à educação, justiça social e políticas públicas, com vistas a evidenciar o papel da EJA na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Métodos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Essa abordagem metodológica permite reunir, analisar e interpretar criticamente produções científicas já consolidadas, favorecendo a compreensão aprofundada da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto mecanismo de reparação histórica no contexto educacional brasileiro. A escolha pela revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de mapear diferentes perspectivas teóricas e identificar convergências e divergências entre autores que discutem a temática.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistematizadas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além da consulta a periódicos científicos nacionais da área da educação (ver quadro 1). Para orientar a busca, foram definidas palavras-chave alinhadas ao objeto de estudo, tais como: “Educação de Jovens e Adultos”, “reparação histórica”, “direito à educação”, “desigualdade educacional” e “políticas públicas educacionais”. Essas expressões foram combinadas por meio de operadores booleanos, permitindo maior precisão na seleção dos materiais.

Quadro 1. Mapeamento Bibliográfico: EJA, Direitos e Políticas Públicas

Eixo Temático / Palavras-chave	Título do Artigo Científico	Autores	Ano	Periódico Nacional / Fonte
Educação de Jovens e Adultos / Reparação Histórica	O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação	AMORIM, A. de.	2021	<i>Educação em Revista</i> (SciELO)
Educação de Jovens e Adultos / Reparação Histórica	O voo das graúnas: estudantes negras/os como intelectuais	SILVA, A. L. da.	2022	<i>Revista Brasileira de História da Educação</i> (SciELO)
Direito à Educação / Desigualdade Educacional	Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação	CURY, C. R. J.	2021	<i>Educação & Sociedade</i> (SciELO)
Educação de Jovens e Adultos / Políticas Públicas	Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um balanço da produção no Portal de Periódicos da Capes	MUSIAL, G. B. S.; ARAÚJO, J. de A.	2023	<i>Educação em Revista</i> (Google Acadêmico)
Direito à Educação / Desigualdade Educacional	Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade tão desigual	ARROYO, M. G.	2021	<i>Educação & Sociedade</i> (SciELO)
Educação de Jovens e Adultos / Desigualdade Educacional	A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular	DI PIERRO, M. C.	2021	<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> (SciELO)
Políticas Públicas Educacionais / Desigualdade	Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos referenciais analíticos	OLIVEIRA, D. A.	2022	<i>Educação & Sociedade</i> (Google Acadêmico)

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados entre os anos de 2021 e 2026, disponíveis na íntegra e que apresentassem relação

direta com a temática proposta. Também foram incorporadas obras clássicas da literatura educacional, reconhecidas pela sua relevância teórica, especialmente aquelas que abordam a educação como instrumento de transformação social e emancipação. Foram excluídos estudos que não tratavam diretamente da EJA ou que apresentavam baixa aderência ao foco da pesquisa, bem como produções duplicadas ou com informações insuficientes.

O processo de análise dos dados ocorreu em etapas. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos textos selecionados, com o objetivo de identificar sua pertinência em relação ao tema. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica, buscando extrair categorias centrais, conceitos-chave e contribuições teóricas relevantes. Por fim, foi realizada uma síntese interpretativa, organizando os achados em eixos temáticos que permitiram discutir a EJA como uma política pública voltada à promoção da justiça social, ao enfrentamento das desigualdades educacionais e à efetivação do direito à educação ao longo da vida.

Resultados

A análise das produções científicas selecionadas evidenciou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa um papel relevante no cenário educacional brasileiro, sendo amplamente reconhecida como uma modalidade destinada à garantia do direito à escolarização de sujeitos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade considerada regular. Os estudos analisados indicam que a EJA está diretamente associada a contextos de exclusão social, nos quais fatores econômicos, culturais e históricos contribuíram para a interrupção ou ausência da trajetória escolar (Arroyo, 2021; Di Pierro, 2021).

Os resultados apontam que a maioria dos estudantes da EJA é composta por indivíduos pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, incluindo trabalhadores informais, pessoas em situação de baixa renda e indivíduos que enfrentaram dificuldades de acesso à educação ao longo da vida. Nesse sentido, as pesquisas destacam que a exclusão educacional não ocorre de maneira isolada, mas está inserida em um contexto mais amplo de desigualdades sociais estruturais, que

impactam diretamente as oportunidades de escolarização (Saviani, 2021; Oliveira, 2022).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se ao reconhecimento da EJA como uma política pública voltada à inclusão educacional. Os autores indicam que, ao longo dos anos, houve avanços na institucionalização dessa modalidade, especialmente no que diz respeito ao seu reconhecimento legal como parte integrante do sistema educacional brasileiro. No entanto, também são evidenciadas fragilidades relacionadas à sua implementação, como a descontinuidade de programas, a limitação de recursos e a ausência de políticas permanentes voltadas à consolidação da modalidade (Haddad; Di Pierro, 2022; Dourado, 2022).

Além disso, os estudos analisados demonstram que a EJA tem sido compreendida, por diferentes autores, como uma estratégia voltada não apenas à alfabetização ou escolarização tardia, mas também à promoção da cidadania e à ampliação das possibilidades de inserção social dos sujeitos. Nesse sentido, os dados indicam que a participação na EJA está frequentemente associada a melhorias na autoestima, no acesso ao mercado de trabalho e na capacidade de participação social dos indivíduos (Paiva, 2022; Soares, 2023).

Os resultados também evidenciam que, apesar de seu potencial transformador, a EJA enfrenta desafios significativos relacionados à permanência dos estudantes, sendo a evasão escolar um dos principais problemas identificados. Fatores como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, dificuldades de deslocamento e ausência de políticas de apoio são frequentemente mencionados como elementos que dificultam a continuidade dos estudos nessa modalidade (Gentili, 2022; Frigotto, 2022).

Por fim, as produções analisadas indicam que há um consenso entre os autores quanto à necessidade de fortalecimento da EJA como política pública estruturante, capaz de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da escolarização. Os estudos apontam que a efetivação dessa modalidade depende de investimentos contínuos, formação adequada de professores e articulação entre políticas educacionais e sociais, de modo a atender às especificidades dos sujeitos que compõem esse público.

Discussão

A análise dos resultados evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não pode ser compreendida apenas como uma alternativa educacional tardia destinada àqueles que não tiveram acesso à escolarização em idade regular. Trata-se, na verdade, de uma modalidade que se insere em um contexto histórico marcado por desigualdades estruturais, exigindo uma leitura que considere os processos sociais que historicamente limitaram o acesso à educação. Nesse sentido, Arroyo (2021) ressalta que os sujeitos da EJA carregam trajetórias profundamente atravessadas pela negação de direitos, o que demanda uma compreensão mais ampla sobre o papel dessa modalidade no cenário educacional brasileiro.

Ao considerar essa perspectiva, torna-se possível estabelecer um diálogo com as reflexões de Saviani (2021), que aponta a educação como um campo diretamente influenciado pelas condições sociais e econômicas. Para o autor, a desigualdade educacional não é um fenômeno isolado, mas resultado de um modelo social que historicamente privilegiou determinados grupos em detrimento de outros. Essa compreensão reforça a ideia de que a exclusão escolar vivenciada por jovens e adultos está relacionada a processos estruturais, o que legitima a EJA como uma estratégia de enfrentamento dessas desigualdades.

A noção de reparação histórica, nesse contexto, ganha centralidade ao se compreender que o direito à educação foi sistematicamente negado a determinados segmentos da população. Cury (2021) destaca que a educação deve ser entendida como um direito social que precisa ser garantido pelo Estado, não apenas no plano legal, mas também na prática. No entanto, os dados analisados indicam que há uma distância significativa entre o reconhecimento desse direito e sua efetivação, especialmente no que se refere à EJA. Essa contradição evidencia limites importantes das políticas públicas educacionais.

Além disso, as contribuições de Gentili (2022) e Frigotto (2022) ampliam essa discussão ao situarem a educação dentro de uma lógica social marcada por desigualdades profundas. Para esses autores, a escola não está dissociada das relações sociais mais amplas, sendo, muitas vezes, atravessada por interesses econômicos e políticos. Nesse sentido, a EJA pode ser compreendida como um

espaço de disputa, no qual se confrontam diferentes projetos de sociedade. Por um lado, há a possibilidade de construção de uma educação voltada à emancipação dos sujeitos; por outro, persistem limitações que dificultam a concretização dessa proposta.

A partir dessa perspectiva, torna-se relevante considerar as contribuições de Paulo Freire, cuja abordagem enfatiza a educação como prática de liberdade. Para o autor, o processo educativo deve estar fundamentado no diálogo e na valorização das experiências dos sujeitos, permitindo que estes se reconheçam como protagonistas de sua própria trajetória. Ao ser aplicada à EJA, essa concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a realidade dos educandos, superando modelos tradicionais que desconsideram suas vivências e conhecimentos prévios.

No entanto, apesar de seu potencial transformador, a EJA ainda enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. Haddad e Di Pierro (2022) destacam que a descontinuidade das políticas públicas, aliada à insuficiência de investimentos, limita a consolidação dessa modalidade no país. Essa fragilidade institucional contribui para a manutenção de problemas como a evasão escolar, que permanece como um dos principais obstáculos à permanência dos estudantes na EJA.

Outro aspecto relevante refere-se às condições concretas de vida dos sujeitos atendidos por essa modalidade. Muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à conciliação entre trabalho, estudo e responsabilidades familiares, o que impacta diretamente sua trajetória educacional. Soares (2023) aponta que tais fatores exigem a implementação de políticas mais sensíveis às especificidades desse público, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos.

A discussão evidencia que a EJA ocupa um lugar paradoxal no sistema educacional brasileiro. Ao mesmo tempo em que representa uma importante estratégia de inclusão e reparação histórica, também revela as limitações das políticas educacionais na garantia efetiva do direito à educação. Esse cenário reforça a necessidade de repensar o papel da EJA, considerando-a não apenas como uma política compensatória, mas como parte integrante de um projeto educacional comprometido com a equidade e a justiça social.

Conclusão ou considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a Educação de Jovens e Adultos se configura como uma importante estratégia no enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente construídas no Brasil. Ao possibilitar o acesso à escolarização a sujeitos que foram excluídos do sistema de ensino em idade regular, a EJA assume um papel que ultrapassa a dimensão pedagógica, inserindo-se no campo da garantia de direitos e da justiça social.

Ao longo da revisão realizada, ficou evidente que a exclusão educacional não ocorre de forma isolada, mas está diretamente relacionada a fatores estruturais que envolvem condições socioeconômicas, trajetórias de vida marcadas por vulnerabilidades e limitações no acesso às políticas públicas. Nesse contexto, a EJA se apresenta como uma resposta institucional à negação histórica do direito à educação, contribuindo para a reconstrução de percursos interrompidos e para a ampliação das possibilidades de inserção social dos indivíduos.

No entanto, também se evidenciou que, apesar de sua relevância, essa modalidade ainda enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. A evasão escolar, a descontinuidade das políticas públicas e as condições precárias de funcionamento são elementos que limitam o alcance da EJA, impedindo que ela cumpra plenamente sua função social. Tais aspectos demonstram que a simples oferta da modalidade não é suficiente, sendo necessário um compromisso mais amplo com a qualidade e a permanência dos estudantes.

Dessa forma, conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como uma política essencial para a promoção da equidade educacional e para a reparação de desigualdades históricas. Contudo, para que essa função seja efetivamente concretizada, torna-se indispensável o fortalecimento de políticas públicas contínuas, articuladas e sensíveis às especificidades dos sujeitos atendidos. Somente a partir de uma atuação mais consistente será possível consolidar a EJA como um espaço de transformação social e de efetivação do direito à educação ao longo da vida.

Referências

1. AMORIM, A. de. O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. **Educação em Revista**, v. 37, p. 1-18, 2021.
2. ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: sujeitos, direitos e políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-15, 2021.
3. CURY, C. R. J. Direito à educação e cidadania no Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-12, 2021.
4. CURY, C. R. J. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-14, 2021.
5. DI PIERRO, M. C. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 261, p. 384-403, 2021.
6. DI PIERRO, M. C. Políticas de educação de jovens e adultos no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. 1-18, 2021.
7. DOURADO, L. F. Políticas públicas e direito à educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2022.
8. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
9. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
10. FRIGOTTO, G. Educação e emancipação social: desafios contemporâneos. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2022.
11. GENTILI, P. Educação, desigualdade e justiça social na América Latina. **Revista Latinoamericana de Educación**, v. 14, n. 2, p. 1-18, 2022.
12. HADDAD, S. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2007.
13. HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Educação de jovens e adultos no Brasil: avanços e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-20, 2022.

14. MUSIAL, G. B. S.; ARAÚJO, J. de A. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um balanço da produção no Portal de Periódicos da Capes. **Educação em Revista**, v. 39, p. 1-21, 2023.
15. OLIVEIRA, D. A. Políticas educacionais e desigualdades sociais no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. 1-17, 2022.
16. OLIVEIRA, D. A. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos referenciais analíticos. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. 1-18, 2022.
17. PAIVA, J. Educação de jovens e adultos e direito à educação ao longo da vida. **Educação em Revista**, v. 38, p. 1-14, 2022.
18. SAVIANI, D. Educação e desigualdade social no brasil: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-15, 2021.
19. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
20. SILVA, A. L. da. O voo das graúnas: estudantes negras/os como intelectuais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. 1-22, 2022.
21. SOARES, L. Educação de jovens e adultos no Brasil: desafios contemporâneos. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. 1-15, 2023.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).